

Previdência

RIO, 29 (C.P.) — As críticas feitas pelo Ministro da Saúde, Professor Eliseu Paglioli, à política da previdência social, de desvio de recursos da construção e manutenção de hospitais para aplicação em imóveis residenciais do que não tira, o segurado, qualquer benefício, tiveram profundo eco na opinião pública. O ponto mais importante de suas declarações, porém, foi aquêle em que tratou da essência do problema previdenciário, criticando a socialização da medicina que, segundo suas próprias palavras, "torna o médico um mero assalariado", o que lhe retira o estímulo de que carece para o estudo e a pesquisa.

A conclusão não é nova. A Inglaterra, onde o Partido Trabalhista desenvolveu intenso esforço de socialização, a medicina, particularmente nos trabalhos assistenciais, sofreu um grande retrocesso. Dizem os ingleses, inclusive, que por força da burocracia dos médicos socializados, também a doença teve que se submeter aos ditames de uma rotina própria, impedindo praticamente que o cidadão adoça quando haja motivo para tanto, sob pena de não ter a assistência de que precisa.

O problema da previdência social no Brasil, porém, está exigindo uma análise mais profunda em toda a sua estrutura. Transformada praticamente a "micro", pela pulverização de instituições, chegou-se ao ponto de impor ao segurado encargos que estão muito acima de suas possibilidades, em troca de serviços que são de completa ineficiência. Será oportuno, já que há de parte do Governo a preocupação de planejar para executar, voltar as vistas para a unificação da previdência social, com o que não somente seriam substancialmente reduzidas as despesas administrativas, como também permitiria a melhor e mais racional utilização dos recursos já disponíveis para a assistência. Acreditamos que não haja muito a fazer no caso, pois é um problema sobejamente estudado. E' só recorrer aos arquivos da própria previdência.

Conceito Popular - 30 - IX - 962

CMP 23.12.17